



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA  
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

VITÓRIA MARIA SERAFIM DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA  
NO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA - CEARÁ**

Redenção – Ceará

2014



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRA  
DIREÇÃO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTANCIA  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**VITÓRIA MARIA SERAFIM DA SILVA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA  
NO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA - CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Torres Filho

Redenção - Ceará

2014

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira**

**Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)**

**Biblioteca Setorial Campus Liberdade**

**Catálogo na fonte**

**Bibliotecário: Francisco das Chagas M. de Queiroz – CRB-3 / 1170**

S586p	<p>Silva, Vitória Maria Serafim da.</p> <p>Políticas públicas para o desenvolvimento da economia solidária no município de Ibicuitinga - Ceará / Vitória Maria Serafim da Silva. Redenção, 2014. 46 f.; 30 cm.</p> <p>Monografia do curso de Especialização em Gestão Governamental da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Joaquim Torres Filho. Inclui lista de ilustração, quadros e referências bibliográficas.</p> <p>1. Agroindústria 2. Associações, instituições, etc. 3. Aquicultura. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330</p>
-------	---

Dedico esse trabalho, antes de tudo à Deus, criador de todas as coisas, por ter me permitido estar aqui, aos meus Pais, que são meus pilares, minha proteção, os quais eu tenho com exemplo de vida.

“Porque melhor é a sabedoria do que os rubis; e tudo o que mais se deseja não se pode comparar com ela”.

Provérbios 8:11

## RESUMO

A economia solidária pode ser considerada como uma alternativa econômica tida como solução à problemas sociais, como por exemplo o desemprego e distribuição de renda. As formas mais comuns dessa modalidade econômica são o associativismo e o cooperativismo, portanto, diante do caráter social e econômico do associativismo, inúmeras políticas públicas são desenvolvidas para incentivar e desenvolvê-lo no intuito de combater a pobreza e a exclusão social. No município de Ibicuitinga, localizado no Sertão Central Cearense encontra-se um exemplo prático de economia solidária, dado pela Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, constituída por 46 membros. Entretanto, questiona-se: “As políticas públicas de incentivo e de desenvolvimento ao associativismo da aquicultura ibicuitinguense têm conseguido atingir seus objetivos?”. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi verificar a consecução dos objetivos das políticas públicas voltadas para o incentivo e o desenvolvimento do associativismo da aquicultura do município de Ibicuitinga – Ceará. Para tanto utilizou-se uma metodologia qualitativa, composta por levantamento bibliográfico, entrevista qualitativa cujos dados foram tratados através de análise de conteúdo. Como resultados, concluiu-se que as políticas públicas que incentivam o associativismo (Seguridade social, habitação e acesso ao crédito) são eficazes no alcance de seus objetivos, enquanto as políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento de tal (Educação, capacitação) precisam ser revistas, uma vez que não têm obtido êxito no cumprimento de seus propósitos.

**Palavras-Chave:** 1. Economia solidária; 2. Associativismo; 3. Aquicultura.

## ABSTRACT

The solidarity economy can be considered as an economical alternative solution to social seen as problems, such as unemployment and income distribution. The most common forms of this type are the economic associations and cooperatives, therefore, before the social and economic character of numerous associations public policies are designed to encourage and develop it year view to combating poverty and social exclusion. In the municipality of Ibicuitinga, located in countryside of Ceará is a practical example of solidarity economy, given by the Association of Aquaculture of Ibicuitinga, formed by 46 members. However, we ask if Government policies to encourage the development and aquaculture associations of ibicuitinguense have failed to achieve their goals? Given the above, the objective of this study is to verify the achievement of the objectives of encouraging and focused on the development of public policies to aquaculture associations in the municipality of Ibicuitinga - Ceará. For this we used a qualitative methodology consisting of bibliographic, whose qualitative interview data were processed using content analysis. As results, it was concluded that public policies that encourage the formation of associations (Social Security, housing and credit process) are effective in achieving their goals, while public policies that contribute to the development of such (education, training) need to be magazines, since they have not been successful in fulfilling its purposes.

Keywords: 1. Solidarity Economy; 2. Associations; 3. Aquaculture.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1

Mapa Cognitivo da Pesquisa

22



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Renda Familiar	26
Quadro 2	Seguro Defeso (início)	27
Quadro 2	Seguro Defeso (conclusão)	28
Quadro 3	Previdência social	29
Quadro 4	Financiamento – PRONAF (início)	30
Quadro 4	Financiamento – PRONAF (conclusão)	31
Quadro 5	Habitação	32
Quadro 6	Educação - EJA	33
Quadro 7	Pescando Letras	34
Quadro 8	Treinamento, capacitação e assessoria técnica	35

VITÓRIA MARIA SERAFIMDA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA  
NO MUNICÍPIO DE IBICUITINGA - CEARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Joaquim Torres Filho  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

---

Prof. Dr. Carlos Mendes Tavares  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

---

Prof. Dra. Andrezza Araújo França  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Redenção - Ceará  
2014

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 Economia Solidária	13
1.1 O surgimento da Economia solidária	14
1.2 O surgimento da Economia solidária no Brasil	14
2 Políticas públicas de incentivo e de desenvolvimento da aquicultura no município de Ibicuitinga – Ceará e seus Objetivos	16
2.1 Financiamento –PRONAF	16
2.2 Educação para Jovens e Adultos	17
2.3 Pescando Letras	17
2.4 Seguro-Desemprego – Pescado (Seguro Defeso)	18
2.5 Previdência Social	19
2.6 Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR	20
3 Tratamento Metodológico	21
4 Análise e Discussão dos Resultados	25
4.1 Políticas Públicas de Incentivo ao Associativismo	26
4.1.1 <i>Políticas públicas de seguridade social</i>	26
4.1.2 <i>Políticas públicas de acesso ao crédito</i>	30
4.1.3 <i>Políticas públicas de habitação rural</i>	32
4.2 Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Associativismo	33
4.2.1 <i>Programa de educação para jovens e adultos</i>	33
4.2.2 <i>Pescando letras</i>	34
4.2.3 <i>Treinamentos, capacitações e assessorias técnicas</i>	35
5 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
APÊNDICE A – Questionário	43

## INTRODUÇÃO

A economia solidária, é definida por Singer (2008) como um modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos entre os trabalhadores, igualdade de posse dos meios de produção e pela prevalência da democracia, geralmente aparece atrelada à transformação social, principalmente no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico local, gerando emprego e renda. A essa alternativa de organização econômica pode-se encontrar a presença de diversas políticas públicas que visam o progresso da economia local, tida como solução à problemas sociais, como por exemplo o desemprego e distribuição de renda.

Nesse contexto, entende-se políticas públicas por um conjunto de programas desenvolvidos pelo Estado para atender a uma demanda social. Mais especificamente falando, as Políticas Públicas para a Economia Solidária - PPES representam uma nova modalidade de política pública de geração de trabalho e renda, que acenam para o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre sociedade e Estado (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010).

Uma das características predominantes na economia solidária é o trabalho coletivo, que muitas vezes transborda na presença de associações ou cooperativa, dentre outras. Para Amaral (2013) “o associativismo se constitui em alternativas necessárias que viabilizem as atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência”.

No município de Ibicuitinga, situado no sertão central cearense, pode-se encontrar a participação de associações e cooperativas no fomento à economia local. Dentre os aglomerados sociais promotores da economia solidária local, cita-se nesse estudo, a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, cujo objetivo é gerar trabalho, renda e de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico local.

Diante do caráter social e econômico do associativismo, inúmeras políticas públicas são desenvolvidas com intuito de incentivar a criação e promover o desenvolvimento desta modalidade econômica. Entretanto, questiona-se: As políticas públicas de incentivo e de desenvolvimento ao associativismo da aquicultura ibicuitinguense têm conseguido atingir seus objetivos?

Desta forma, o presente trabalho pretende verificar a consecução dos objetivos das políticas públicas voltadas para o incentivo e o desenvolvimento do associativismo da aquicultura do município de Ibicuitinga – Ceará, com o intuito de fortalecer o debate acerca destes modelos de programas que incentivam ou dão subsídios ao desenvolvimento da economia solidária local, bem como estimular o surgimento de novas políticas públicas que contemplem as necessidades idiossincráticas de uma dada realidade territorial.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: o capítulo introdutório trata do surgimento da economia solidária no Brasil e no mundo, seguido de um capítulo dedicado à explanação dos objetivos específicos das políticas públicas que contemplam a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, posteriormente encontra-se a descrição do tratamento metodológico empregado nesta pesquisa, bem como a análise e discussão dos resultados, finalizando com as conclusões do trabalho.

## 1 Economia Solidária

A definição encontrada para o termo “economia solidária” ainda é bastante divergente entre autores. Etimologicamente falando, tal expressão é derivada das palavras gregas *Óikos*, que significa casa ou bens e *Nomos* que significa norma ou regime, referindo-se, o termo economia, à gestão da casa, em seguida a palavra de origem latina *Solidum*, que deu origem ao termo solidariedade. Pauli (2005, p. 28) explica que a expressão na “acepção romana significava a responsabilidade de cada um com o grupo social”.

Existe ainda críticas ao emprego dessa expressão, Vainer (2000) considera uma oxímora combinação, uma vez que os termos utilizados são completamente antagônicos, como economia, que pressupõe um ambiente de competitividade acirrada e solidariedade que conta com a colaboração dos atores envolvidos. Observe-se que o termo solidariedade, nesse sentido, não está relacionado à caridade, mas representa a reciprocidade exigida entre os envolvidos.

Para tanto, a definição dada por Singer (2008) é clara, o autor trata a economia solidária como um “modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos entre os trabalhadores, igualdade de posse dos meios de produção e pela prevalência da democracia”. O mesmo autor aponta ainda que, a principal característica de tal modalidade econômica é a igualdade. “Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central” (SINGER, 2007). Leville (2001), a compreende como um “conjunto das atividades contribuindo para a democratização da economia a partir do engajamento dos cidadãos”.

Gomes *et al* (2007) apresenta uma definição mais abrangente, a qual tornar-se-a como base para o desenvolvimento desse estudo, onde cita-se que:

“A Economia Solidária pode ser definida como o conjunto das atividades de produção, distribuição, consumo e crédito para geração de trabalho e renda, baseada no trabalho coletivo, na cooperação, na autogestão e nas diversas formas de compartilhamento, buscando o benefício social e o cuidado com o meio ambiente”.

Diante do exposto, percebe-se que o engajamento, o trabalho coletivo e a reciprocidade ou em resumo, a cooperação, entre os envolvidos são elementos cruciais para o êxito das organizações instituídas sobre o regime de economia solidária.

Entretanto, tal conclusão não se revela uma novidade, uma vez que a cooperação mútua entre comunidades esteve presente desde o início mais primitivo da humanidade, como uma estratégia para resistir às adversidades e intempéries da natureza.

### 1.1 O Surgimento da Economia Solidária

Apesar de as comunidades se organizarem de forma cooperativa desde o princípio da humanidade, foi somente a partir do século XIX com o estopim da Revolução Industrial, quando a economia despertou para uma competitividade atroz, que datam as primeiras aparições de organizações sobre a estrutura de economia solidária. Esse movimento se deu como forma de reação à ferocidade da economia do referido século.

Aponta Singer (2002), que “A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX”. Laville (2001) descreve tal período mencionando que “dinâmicas associacionistas emergiram nas democracias modernas, fazendo apelo a um conceito amplo e polissêmico de solidariedade que engloba filantropia e ajuda mútua”.

Nesse período, destacaram-se líderes e pensadores considerados utópicos, como Proudhon, Fourier, Saint Simon, Robert Owen, Michael Bakunin e Peter Kropotkin, Marx e Engels que disseminavam a ideia de práticas cooperativas como alternativas à regulação econômica, baseadas em princípios socialistas de igualdade e solidariedade e de autogestão.

### 1.2 O Surgimento da Economia Solidária no Brasil

No Brasil, de acordo com a Secretaria Nacional de Economia solidária – SENAES os dados históricos apresentam que os primeiros empreendimentos sobre a estrutura de economia solidária iniciaram-se na década de 1980, com o surgimento de várias cooperativas, empresas de autogestão e outros empreendimentos congêneres. Entretanto o movimento ganhou força e intensificou-se a partir da década de 1990. “Ao longo da década de 1990 e início da primeira década do novo milênio surge o movimento de

economia solidária no Brasil a partir do movimento social e sindical como resposta ao crescimento do desemprego estrutural” (FAVARIN, 2009).

Nesse período, destacaram-se importantes atores que contribuíram para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil, como por exemplo, a Igreja Católica, sindicatos de diversos setores, movimentos populares rurais e urbanos, dentre outros. No entanto, para Cunha (2002) os principais atores foram os próprios cooperados:

Mas o que fez a economia solidária crescer no Brasil foram principalmente experiências construídas na prática através da luta cotidiana dos próprios sujeitos coletivos, que, com apoio destes agentes externos, resgatam de forma recriada a dimensão social e política das formas solidárias de economia, ao se organizarem em grupos de produção associada, cooperativas populares, organizações coletivas em assentamentos rurais, empresas geridas por trabalhadores e outras formas associativas e autogestionárias

Favarin (2009) menciona que a pulverização de experiências de economia solidária, na década de 1990, pressionou o Estado brasileiro a agir em favor da economia solidária devido a grande demanda social. “Como havia já iniciativas em alguns governos estaduais e municipais no sentido de apoiar a economia solidária reforçou-se ainda mais a luta social pela implantação desta política pública” (FAVARIN, 2009).

Outro importante avanço da economia solidária no Brasil, que já vinha em constante êxito desde a década de 1990, foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2003, tal secretaria está subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego e vem cumprindo seu papel de “viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário” (SENAES).

Desde então, através da SENAES, tanto a economia solidária como políticas públicas para o desenvolvimento da economia solidária vem sendo debatidas no intuito de “garantir a sustentabilidade e articulação dos empreendimentos em economia solidária, em todo o Brasil, além de articular informações de fundos solidários, acesso a crédito e política de comercialização, etc” (FAVARIN, 2009).

## 2 Políticas Públicas de Incentivo e de Desenvolvimento da Aquicultura no Município de Ibicuitinga – Ceará e seus Objetivos



Um levantamento feito junto a membros da Associação de Aquicultores de Ibicuitinga permitiu elencar as ações governamentais atuais em prol da aquicultura no município de Ibicuitinga, sendo elas políticas públicas que incentivam o associativismo: Políticas públicas de acesso ao crédito, de seguridade social e de habitação, e políticas públicas que promovem o desenvolvimento do associativismo: Políticas públicas para a Educação, conforme segue:

#### Políticas Públicas de Acesso ao Crédito:

- Financiamento através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

#### Políticas Públicas para a Educação:

- Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- Programa Pescando Letras.

#### Políticas Públicas de Seguridade Social:

- Seguro Desemprego – Pescador (Seguro defeso);
- Previdência Social;

#### Políticas Públicas de Habitação:

- Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR

### 2.1 Financiamentos – PRONAF

De acordo com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF “é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família” (CEPLAC, 2010).

Na visão do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES (2006) o objetivo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF consiste em dar:

Apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural (BNDES, 2006).

## 2.2 Educação para Jovens e Adultos

O Governo Municipal Ibicutinguense desenvolve, junto às escolas municipais de ensino fundamental, o Programa de Educação para Jovens e Adultos – EJA, cujo objetivo é promover educação a estas pessoas que não puderam concluir seus estudos na idade própria, recebendo jovens a partir dos quinze anos de idade proporcionando-lhes acesso à cidadania e a inclusão social ao despertar do interesse pela elevação da escolaridade.

Essa ação governamental conta com o apoio do Programa Brasil Alfabetizado – PBA, programa que vem sendo realizado pelo Ministério da Educação - MEC, desde 2003, dando suporte aos municípios na alfabetização de jovens e adultos:

O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal [...] Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. (MEC, 2003).

## 2.3 Pescando Letras

O Programa Pescando Letras é uma iniciativa da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca - SEAP que está em execução desde 2005 e vem abrangendo todo o território nacional. Deu-se após reivindicações e ao reconhecimento dos obstáculos encontrados no setor pesqueiro, tais como: falta de infraestrutura, ausência de uma legislação atualizada e eficiente, as próprias condições de vida dos pescadores, o nível de organização do setor etc, dentre eles, encontra-se também o analfabetismo. Daí a necessidade de se desenvolver um programa, cujo objetivo é:

Atender à necessidade urgente de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais e aqüicultores e aqüicultoras familiares, jovens e adultos, numa perspectiva de educação continuada, tomando em consideração o contexto sócio-político dessa população e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos (SEAP, 2007).

O diferencial deste programa para qualquer outro de educação para adultos, além da exclusividade para pescadores e aqüicultores, está na sua metodologia, que considera a experiência sociocultural dos envolvidos a base pedagógica para a execução do projeto, ademais a “realidade socioeconômica e o desejo que impulsionam o ingresso ou reingresso em uma sala de aula são elementos agregadores nessa proposta que não se limita apenas à alfabetização” (SEAP).

#### 2.4 Seguro Desemprego – Pescador (Seguro Defeso)

Segundo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o Seguro Desemprego – Pescador, popularmente conhecido como Seguro Defeso consiste em:

[...] assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que teve suas atividades paralisadas no período de defeso (MET, 2004).

Ainda segundo o MTE, são requisitos para receber o benefício, que consiste em parcelas no valor de um salário mínimo vigente por quantos forem os meses de duração do defeso, conforme período predeterminado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

##### REQUISITOS PARA REQUERER O BENEFÍCIO

Terá direito ao Seguro-Desemprego o pescador que preencher as seguintes condições (Habilitação):

I - Ter registro como Pescador Profissional devidamente atualizado no Registro Geral da Pesca - RGP como pescador profissional, classificado na categoria artesanal, emitido pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR, com antecedência mínima de 1 (um) ano da data do início do defeso;

II - Possuir inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como segurado especial;

III - Possuir comprovação de venda do pescado a adquirente pessoa jurídica ou cooperativa, no período correspondente aos últimos doze meses que antecederam ao início do defeso;

IV - Na hipótese de não atender ao inciso III e ter vendido sua produção à pessoa física, possuir comprovante de, pelo menos, dois recolhimentos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em sua própria matrícula no Cadastro Específico - CEI, no período correspondente aos últimos doze meses que antecederam ao início do defeso;

V - Não estar em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social, ou da Assistência Social exceto auxílio-acidente e pensão por morte;

VI - Comprovar o exercício profissional da atividade de pesca artesanal objeto do defeso e que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e

VII - Não ter vínculo de emprego ou outra relação de trabalho, tampouco outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira (MTE, 2004).

## 2.5 Previdência Social

A previdência social tem incluído o pescador artesanal e seus assemelhados na sua rede de amparo, tratando-os como segurados especiais. Garantindo-lhes o direito a benefícios como:

- Auxílio – Doença;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Auxílio – Acidente;
- Aposentadoria por Idade;
- Salário – Maternidade;
- Aposentadoria por tempo de contribuição, esta última exige que o segurado especial contribua facultativamente para a previdência social.

Quanto aos serviços oferecidos pela Previdência Social aos aquicultores, segundo o Conselho Pastoral dos Pescadores do Nordeste - CPPN (2009) encontram-se:

- 1- Serviço Social – objetiva esclarecer aos usuários os direitos sociais e os meios de exercê-los estabelecendo, de forma conjunta, o processo de superação das questões previdenciárias.

- 2- Perícia Médica – objetiva realizar o nexo técnico entre a doença e o trabalho exercido pelo segurado realizando exame médico-pericial para parecer técnico em relação aos benefícios por incapacidade.
- 3- Reabilitação Profissional – objetiva proporcionar aos segurados incapacitados para o trabalho por doença os meios de reeducação ou readaptação profissional para o seu retorno ao mercado de trabalho (CPPN, 2009).

Ainda segundo o CPPN, até mesmo os dependentes dos aquicultores (esposa (o), companheira (o), filhos menores de vinte e um anos ou inválidos, os pais, o irmão menor de dezoito anos ou inválido) podem ser amparados pela previdência social, podendo perceber os benefícios: pensão por morte e auxílio – reclusão, e usufruir dos serviços: serviço social, perícia médica e reabilitação profissional.

## 2.6 Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR

O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR é uma modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, promovido pelo Ministério das Cidades, é voltado para moradores da área rural, abrangendo desta forma, os agricultores, pecuaristas, apicultores, aquicultores e produtores rurais em geral. Seu objetivo, segundo o Ministério das Cidades é produzir novas unidades habitacionais nas propriedades rurais, posses e em agrovilas, ou reformar as existentes.

O programa exige que os beneficiários em potencial estejam organizados por Entidades Organizadoras de caráter público ou privado, como por exemplo, prefeituras, governos estaduais e do distrito federal, e respectivas companhias de habitação, quando houver sindicatos e entidades privadas sem fins lucrativos, sindicatos cooperativas, associações, dentre outras modalidades (PNHR, 2011).

## 3 Metodologia

Para execução dos objetivos da pesquisa ora exposta, tratou-se de utilizar uma abordagem de natureza qualitativa, na modalidade exploratória e como procedimentos

metodológicos, a pesquisa constou de duas etapas distintas, a saber: entrevista qualitativa na modalidade padronizada aberta cujo roteiro mantinha uma ordem, no entanto, permanecia aberto à possíveis implementações, em seguida a extração dos dados se deu através de análise de conteúdo.

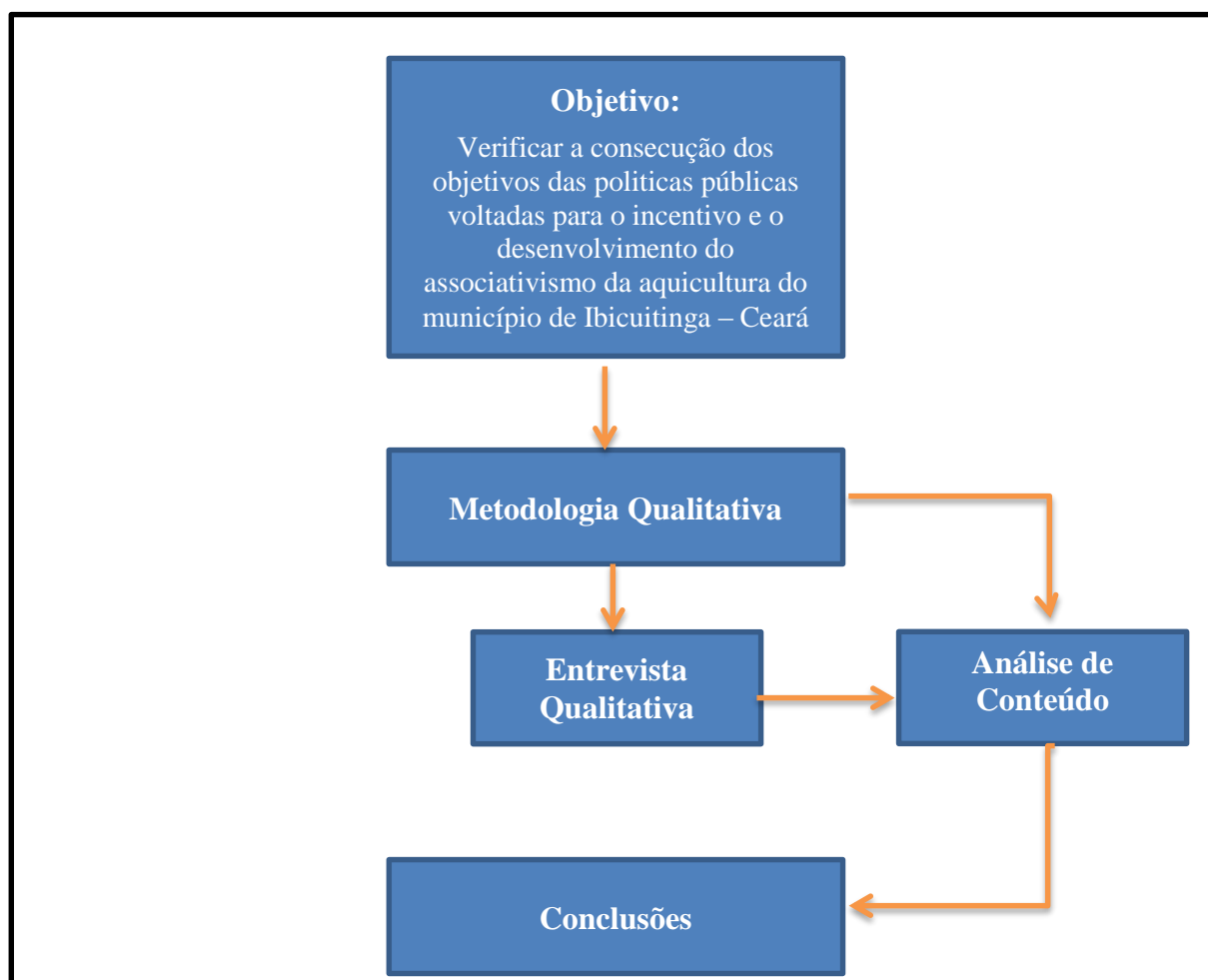
Participaram das entrevistas 15 membros integrantes de uma modalidade de economia solidária no período de maio a junho de 2014, junto à Associação de Aquicultores de Ibicuitinga. Tal associação foi fundada em 2007, por um grupo de pescadores locais, dos quais, alguns permanecem associados até a presente data, os demais membros aderiram ao grupo ao longo dos anos, chegando à composição atual de 46 membros.

O perfil dos entrevistados corresponde a: São todos do gênero masculino; têm entre 39 aos 57 anos, iniciaram suas atividades pesqueiras informalmente em tenra idade, a maioria foi a partir dos 12 anos de idade, passaram a exercer formalmente a profissão de aquicultor através do acesso à Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, a qual, a maioria dos entrevistados estão associados desde 2007.

O ambiente onde foi realizada a pesquisa, Ibicuitinga – Ceará, é caracterizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2012), como um município de 11.481 habitantes, localizado no sertão central cearense, sendo sua 71,81% de população residente na zona rural e 28,19% em área urbana. O município, que a princípio era distrito da cidade de Morada Nova – Ceará, obteve sua emancipação política no ano de 1988, através da Lei de Criação Nº 11.436/1988 e tem como principais atividades econômicas a agropecuária e o comércio de bens e serviços (IPECE, 2012).

Vale ressaltar, que em conformidade ao objetivo de pesquisa de se verificar a consecução dos objetivos das políticas públicas voltadas para o incentivo e o desenvolvimento do associativismo da aquicultura do município de Ibicuitinga – Ceará serão considerados os objetivos das políticas públicas ora expostas no capítulo anterior (Cap, 2 - Políticas Públicas de Incentivo e de Desenvolvimento da Aquicultura no Município de Ibicuitinga – Ceará e seus Objetivos). Desta forma, para maior clareza do percurso da pesquisa, demonstra-se o seguinte desenho:

Figura 1 – Mapa Cognitivo da Pesquisa



Fonte: Elaboração Própria.

Ao levantar-se as referências bibliográficas pertinentes ao estudo, foram utilizadas conjuntos de palavras, tais como: Economia solidária e seu surgimento, associativismo, cooperativismo, políticas públicas, políticas públicas para a aquicultura, dentre outros temas relacionados ao assunto. O material coletado constituiu-se basicamente de livros, dissertações e artigos científicos publicados em sites e revistas brasileiras.

A pesquisa científica, segundo Marconi e Lakatos (2010, p.139), “[...] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Por sua vez, Clark e Castro (2003, p.58 *apud* BOCCATO, 2006) ressaltam que “A pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novo conhecimento e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento preexistente”.

Gil (2002, p. 17) define pesquisa como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Desta forma, pesquisar constitui-se no ato de coletar e reunir informações que trarão à sociedade novas sínteses ou contribuições ao conhecimento pré-existente.

Visto que a finalidade de se pesquisar sobre algo é encontrar soluções, respostas aos questionamentos ou problemas propostos, como também gerar novos conhecimentos, faz-se relevante o modo pelo qual se produz o trabalho científico e como se processará a transmissão do conhecimento obtido. Como salienta Gil (2002, p.17) “o desenvolvimento da pesquisa se dá mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e demais procedimentos científicos”.

Para Gil (2002, p. 44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Observe-se que tal procedimento de pesquisa se dispõe ao debate através do embasamento teórico, reunindo assim, contribuições, análises e discussões da literatura científica para a síntese de diferentes e/ou novas conclusões.

Marconi e Lakatos (2010) defendem que “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. A pesquisa bibliográfica apresenta como vantagem o fato de que permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos amplos do que se poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002, p. 45).

Destacada a importância da pesquisa bibliográfica para a riqueza de conteúdo do estudo proposto, deu-se a organização do conteúdo e encadeamento lógico das ideias, seguindo a orientação de Salomon (2004, *apud* BOCCATO, 2006) que divide a pesquisa bibliográfica em três fases, seguidas com afinco, são elas:

**Fase da preparação:** compreende a identificação, localização, fichamento e obtenção da informação.

**Fase de realização:** compreende a realização do fichamento do documento localizado e obtido que, após o procedimento da leitura, será selecionado definitivamente para a elaboração da redação do trabalho científico.

**Fase da comunicação:** Nessa etapa dar-se-á a redação do trabalho científico por meio do produto científico já determinado de acordo com os propósitos da pesquisa. Entende-se como produto científico o veículo de comunicação em que se fará a apresentação do trabalho científico realizado por meio de canal impresso e/ou eletrônico. Assim, a pesquisa será comunicada pela elaboração de livros, capítulos de livros, dissertações, teses, monografias, trabalhos de eventos, seminários, patentes ou artigos científicos (SALOMON, 2004 *apud*



BOCCATO, 2006).

Quanto à entrevista qualitativa, normalmente está associada a uma “[...] maior liberdade de resposta e a sua flexibilidade permite ao investigador redirecionar as questões e/ou aprofundar assuntos em função das respostas que o entrevistado vai dando [...] visa a obtenção de respostas completas, detalhadas e em profundidade” (SANTOS, 2008). Godoi *et al* (2010) veem a entrevista qualitativa como um evento de intercâmbio dialógico.

Corroborando com as ideias anteriores, os autores Oliveira *et al* (2012) consideram que o uso de entrevistas deve ser “apreciado e valorizado, considerando a riqueza de informações que podem ser obtidas e a possibilidade de ampliar o entendimento dos objetos investigados através da interação entre entrevistados e entrevistador” No entanto, alertam para o uso correto desta técnica que deve ser coerente com a natureza do objeto de estudo e com o problema de pesquisa. Para tanto, Poupart (2008, *apud* Oliveira *et al* 2012) justifica o uso da entrevista qualitativa quando pretende-se fazer uma análise das realidades sociais segundo a perspectiva dos atores sociais.

Os discursos gerados a partir da entrevista qualitativa foram analisados através da técnica de análise de conteúdo na modalidade qualitativa, que se trata, segundo Bardin (1977) de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrições do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977).

Laville e Dionne (1999, p. 214), consideram que o princípio da análise de conteúdo “consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação”. Para tanto, os referidos autores apontam três passos:

- 1) Recorte dos conteúdos;
- 2) Definição de categorias analíticas; e
- 3) Categorização final das unidades de análise.

Orientam ainda que a categorização das unidades pode se dar da seguinte forma:

**Modelo aberto**, as categorias não são fixas no início, mas tomam forma no curso da própria análise.

No **modelo fechado**, em contrapartida, o pesquisador decide *a priori* categorias, apoiando-se em um ponto de vista teórico que se propõe o mais frequentemente submeter a prova da realidade.

O **modelo misto** situa-se entre os dois, servindo-se dos dois modelos precedentes: categorias são selecionadas no início, mas o pesquisador se permite modifica-las em função do que a análise aportara. (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 219).

Diante do exposto, o estudo ora exposto utilizou da análise de conteúdo, seguindo as etapas propostas por Laville e Dionne (1999) e seguiu na modalidade aberta, possibilitando que categorias fossem descobertas a medida da evolução da própria análise do conteúdo. As categorias encontradas no discurso dos entrevistados, foram: renda familiar, seguro defeso, previdência social, benefício PRONAF, habitação, educação (EJA), pescando letras e treinamento, capacitação e assessoria técnica.

É importante ressaltar que sobre alguns tópicos propostos pelo roteiro de perguntas, alguns participantes não quiseram ou não souberam se pronunciar, desta forma, foram agrupados nas supracitadas categorias, apenas o que foi extraído do discurso obtido.

#### 4 Análise dos Resultados e Discussão

Quando questionados se a renda familiar provinha da aquicultura, os entrevistados, com unanimidade responderam que vivem da pesca, alguns ainda contam com programas de apoio do Governo Federal, como o Bolsa Família, por exemplo, ou com a ajuda de familiares, conforme pode-se observar no quadro abaixo:

Quadro 1: Renda Familiar

<b>Categoria</b>	<b>Unidades</b>
<b>Renda Familiar</b>	"A maior parte é da pesca, mas não dá para viver só da pesca não".
	"Só da pesca".
	"Por enquanto só da pesca".
	"É só da pesca".
	"Só da pesca e com bolsa família".

"Só da pesca".
"Só da pesca e com ajuda dos trabalhos da mulher".
"Só pescando".
"Só pescando, eu e os meninos".
"É da pesca mesmo".
"É só pesca".
"Da pesca e tem as ajudas do governo".
"Só da pesca, é o que eu sei fazer né?!".
"É da pesca".
"Só da pesca".

Fonte: Elaboração própria

#### 4.1 Políticas Públicas de Incentivo ao Associativismo

Outras unidades foram agrupadas em categorias de acordo com as tipologias de políticas públicas atuantes na presente realidade da Associação de Aquicultores de Ibicuitinga. No que se refere às políticas públicas de incentivo ao associativismo, se destacam as de seguridade social, representadas pelo Seguro Defeso e Previdência Social; políticas públicas de acesso ao crédito, como o financiamento proporcionado pelo PRONAF e as políticas públicas de habitação, desenvolvidas por meio do PNHR.

##### 4.1.1 Políticas públicas de seguridade social

Dada à fala dos entrevistados, pode-se notar que o Seguro Defeso apresenta-se como “carro chefe” dentre as políticas públicas que incentivam o associativismo da aquicultura no município de Ibicuitinga – Ceará, sendo inclusive, decisivo quanto à permanência de alguns membros na associação. Ocorre que até a data da entrevista, os aquicultores ainda não haviam recebido seus proventos referentes ao período de defeso devido aos problemas de ordem burocrática. Esse fato estava deixando-os desmotivados e fez-os repensar sobre sua permanência no grupo. Conforme se observa:

Quadro 2: Seguro Defeso (início)

Categoria	Unidades
-----------	----------

<b>Seguro Defeso</b>	<p>"Eu pesco de maio para frente, até dezembro. Em janeiro já não pode[...]aí eu recebo três salários no ano, mas esse ano nós não recebemos ainda não. Se recebesse bem certinho era bom demais. Esse ano nem os três salários que a gente recebe não deu certo. Se continuar assim eu não vou ficar não".</p>
	<p>"Só pesco nove meses no ano [...] Quando a gente não pode pescar o governo paga três meses para gente, mas esse ano ainda não deu certo [...] a gente não pode trabalhar e a gente vive disso né?! Então como que a gente passa sem esse dinheiro?"</p>
	<p>"Só pesco quando é permitido, tem que esperar a piracema do peixe acabar [...] Para trás eu recebi o benefício mas esse ano não deu certo ainda, já tô é como medo de não receber mais".</p>
	<p>"Pesco de maio até dezembro. Em janeiro já encerro, porque vai chegar a piracema [...] Esse ano não fomos beneficiados não, fomos ano passado, mas esse ano não. [...] A vantagem é só essa mesmo, nós só tem esses três salários que a gente recebe por ano mesmo".</p>
	<p>"Durante três meses no ano a gente não pesca não, que é no período da desova do peixe. Aí é pra gente receber três salários, mas nesse ano a gente não recebeu ainda não, mas nos outros anos já [...] É bom".</p>
	<p>"Só não pesco na piracema do peixe, porque não pode não [...] A gente recebia três salários no ano, mas nem isso vem mais. Vinha até direitinho, mas esse ano deu problema [...] era vantagem que eu via".</p>
	<p>"Eu pesco durante o verão todinho até quando chega em janeiro, eu paro. Na piracema do peixe a gente não pode mais pescar não[...] Não, esse ano não recebi. Mas para trás eu já recebi. É bom. Serve é muito para gente, porque a gente fica parado, não pode pescar, mas pelo menos tem esse dinheiro garantido né?!"</p>

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 2: Seguro Defeso (conclusão)

<b>Categoria</b>	<b>Unidades</b>
------------------	-----------------

<b>Seguro</b>  <b>Defeso</b>	<p>"De maio em diante a gente pode pescar, até dezembro [...] Já 'fumo' beneficiado, mas esse ano é que deu problema [...] é bom porque a tanto a gente faz o que a lei manda como ajuda a gente né?!"</p>
	<p>"Tem que esperar a piracema do peixe [...] esse ano ainda 'tamo' esperando o dinheiro sair [...] Se saísse direito era bom, porque a gente não pode trabalhar mas tem o dinheiro do mês, mas sem esse dinheiro não dá ficar".</p>
	<p>"Eu pesco até dezembro aí paro e só volto a pescar depois da piracema do peixe [...] eu recebo três salários no ano, mas esse ano ninguém da associação recebeu ainda [...] Se continuar com esse problema não vale a pena eu ficar na associação não".</p>
	<p>"Eu pesco de maio em diante até dezembro [...] Recebi o benefício até ano passado, tava com três 'ano' que a gente recebia direito, agora deu um problema aí e tá atrasado [...] Era a vantagem que nós 'tinha', era esse benefício".</p>
	<p>"Na piracema eu não pesco não [...] Já recebi antes, mas agora não deu certo [...] Antes o governo pagava para gente não pescar, por causa da piracema e agora a gente não pode pescar, nem eles pagam a gente e a gente vai viver de que?! Eu já pensei foi em desistir".</p>
	<p>"Três meses no ano eu não pesco [...] Dessa vez não recebi nada, nem eu nem ninguém, 'tão' tentando ajeitar para ver se a gente recebe, mas eu penso que não dá mais certo não [...] Eu já tava pensando em sair, com esse problema agora então..."</p>
	<p>"Nove meses do ano eu pesco [...] Esse ano não recebi [...] É difícil passar sem esse dinheiro... sem trabalhar... Desse jeito a gente é quase obrigado a mudar de ramo".</p>
	<p>"Na piracema, não pode pescar não[...] Recebi nos outros anos, nesse de agora, ainda não [...] ajuda muito porque a gente ter esse dinheiro garantido é uma segurança para nós... Se saísse direitinho..."</p>

Fonte: Elaboração Própria

Diante do exposto, nota-se a relevância do Seguro Defeso no incentivo ao associativismo da aquicultura, bem como sua importância para a preservação do período de defeso, além do que, excetuando-se o período atual devido à problemas burocráticos, o programa vinha cumprindo com seu papel original de “dar assistência financeira

temporária ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que tiver suas atividades paralisadas no período de defeso” (Ministério do Trabalho e Emprego, 2014).

Ainda no âmbito das políticas públicas para a seguridade social, a previdência social recebe destaque ao desenvolver seu papel através do enquadramento do pescador artesanal e seus assemelhados na categoria de segurado especial. Garantindo-lhes os direitos de auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, esta última exige que o segurado especial contribua facultativamente para a previdência social, dentre outros serviços. Esses benefícios são percebidos pelos associados e apresentam-se como fatores que induzem ao associativismo, conforme constata-se nas unidades extraídas de suas falas, como segue abaixo:

Quadro 3: Previdência Social

<b>Categoria</b>	<b>Unidades</b>
<b>Previdência Social</b>	"Sim, já paguei a GPS esse ano, não deixo passar não. Nunca precisei não, mas ninguém sabe, se um dia eu adoecer ou outra coisa eu já 'tô' prevenido".
	"Eu pago diretamente 'pro' INSS, todo ano. É bom porque a gente tem todos os direitos, é uma segurança para nós".
	"Aqui cada qual paga o seu e fica segurado, na hora que precisar tem todos os direitos, na hora de uma aposentadoria também fica mais fácil".
	"A gente precisa para tudo, para poder se aposentar, para receber os benefícios, tem que tá segurado".
	"Eu 'tô' segurado sim [...] Eu 'tô' pensando que vou precisar do INSS agora, porque eu tenho um problema de saúde, só aí já valeu a pena".

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que a visão dos associados sobre a previdência social está associada à garantia de uma aposentadoria futura ou de segurança financeira no caso de um eventual problema de saúde. A importância dada pelos entrevistados à previdência social também se deve, pelo fato de esta, estar atrelada ao seguro defeso, uma vez que, para que ocorra

o recebimento de tal benefício, exige-se que o associado esteja segurado pela previdência social.

#### 4.1.2 Políticas Públicas de Acesso ao Crédito

As políticas de acesso ao crédito por sua vez, também desempenharam um importante papel no incentivo ao associativismo, o financiamento oferecido através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que teve muitos adeptos na associação, proporcionou melhorias na qualidade de vida dos associados, conforme se pode ver em suas falas:

Quadro 4: Financiamento – PRONAF (início)

<b>Categoria</b>	<b>Unidades</b>
<b>Benefício PRONAF (Financiamento)</b>	"Já fiz. Acho que melhorou a vida das pessoas sim. Para quem sabe aplicar, gera renda. Eu mesmo comprei uns instrumentos para melhorar meu trabalho, uns 'galão', tarrafa".
	"Nunca quis".
	"Já fiz. Está melhorando, as pessoas fazem empréstimo mais fácil quando precisa".
	"Acho que melhora a situação financeira de muita gente. Acho que quem fez o empréstimo fez bom uso dele".
	"Já fiz, mas já faz muito tempo, tá com não sei quantos anos. Na época que eu fiz o empréstimo, me ajudou porque eu pude comprar umas coisinhas, sabe?!"
	"Nunca fiz não".
	"Agora dá para se virar melhor".
	"Comprei um congelador com o dinheiro do empréstimo".
	"Melhora sim, com dinheiro a gente pode se movimentar mais".

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4: Financiamento – PRONAF (conclusão)

<b>Categoria</b>	<b>Unidades</b>
------------------	-----------------

<b>Benefício PRONAF (Financiamento)</b>	"Não fiz ainda não".
	"Dá para investir bem, sabendo usar o dinheiro".
	"Ajuda, ajuda muito e toda ajuda é bem vinda né?!"
	"Dá para comprar canoa, prosdócimo, barraca. Mas tem que saber usar".
	"Muita gente que fez, melhorou para quem fez".
	"Não. Não quis fazer não."

Fonte: Elaboração própria

As melhorias na qualidade de vida dos aquicultores por meio do financiamento - PRONAF, representam não só mais uma modalidade de incentivo ao associativismo, mas também a consecução dos objetivos reais do plano, que seria, segundo o Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES:

Apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural (BNDES, 2006).

Ao se estabelecer um confronto entre a realidade da associação e os objetivos do programa, percebe-se que tais objetivos se cumpriram à medida que o recurso financiado foi utilizado para a aquisição de produtos que alavancassem e/ou modernizassem a produção pesqueira e que repercutem conseqüentemente na elevação da renda familiar.

#### 4.1.3 Políticas Públicas de Habitação Rural



Para a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, as políticas públicas para a habitação rural ainda são promessas e consistem em projetos e na esperança de serem contemplados pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Tal programa, que é uma modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida e tem por objetivo produzir novas unidades habitacionais nas propriedades rurais, posses e em agrovilas, ou reformar as existentes, exige que os beneficiários em potencial estejam organizados por Entidades Organizadoras de caráter públicos ou privado, como por exemplo, prefeituras, sindicatos, cooperativas, associações, dentre outras modalidades (PNHR, 2011).

Mesmo sem que esteja em execução, esse programa gera grande expectativa de melhorias na qualidade de vida dos associados e essa expectativa também contribui para mantê-los na associação, bem como, estimula a inserção de novos membros. Desta forma, pode-se concluir que mesmo que não esteja em execução, o programa incentiva a prática do associativismo. De acordo com o que se expõe:

Quadro 5: Habitação

<b>Categoria</b>	<b>Unidades</b>
<b>Habitação</b>	"Sim, tem umas promessas aí, de umas casas né?! Se vier é bom, para quem não tem casa ainda. Era uma boa para os pescadores, porque muitos deles não têm onde morar".
	"Nós 'tamo' esperando 50 casas, que o governo vai dar. O nosso encarregado disse que falta o chão, a gente já foi na prefeitura para ver se eles davam o chão, mas não deram não. Eu esperava que ele doassem pelo menos o chão. Se eles ajeitassem essas casas, era bom 'né'?! Porque a gente paga aluguel".
	"Depois que nós 'entremo' para associação, a gente teve direito a tudo, agora mesmo vai vir umas barracas para gente levar para os açudes, um congelador. Vai vir também casa para os pescadores que não tem casa, tudo isso nós 'tamo' esperando".
	"Já foi feito um projeto para vir casa para nós, aí 'tamo' correndo atrás disso pra ver se dá certo, porque a gente precisa, que nem eu tem um monte de pescador, que não tem casa, que vive de aluguel".

Fonte: elaboração própria

#### 4.2 Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Associativismo

No que se refere às políticas públicas de desenvolvimento do associativismo, se destacam as políticas públicas para a educação e capacitação técnica, representadas pelos programas de educação para adultos como o Programa de Educação para Jovens e Adultos – EJA ofertado pelo próprio município e o Programa Pescando Letras, além das capacitações técnicas oferecidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE.

#### 4.2.1 Programa de Educação para Jovens e Adultos – EJA

O Programa de Educação para Jovens e Adultos – EJA, cujo objetivo é promover educação aos jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos na idade própria, é oferecido pelas escolas públicas de ensino fundamental do município. No entanto, o programa não obteve muitas adesões, a baixa frequência de alunos tem sido um obstáculo ao seu êxito.

Quadro 6: Educação – EJA

Categoria	Unidades
<b>Educação (EJA)</b>	"Eu já fui, mas eu desisti [...] porque tinha dia que ia só eu e a professora, aí eu pensei: 'num' vai ninguém, eu também 'nun' vou mais não".
	"Eu comecei, aprendi até a assinar meu nome, mas depois eu não quis mais ir não [...] eu parei".
	"Eu ia na escola perto lá de casa, mas num instante acabou [...] porque não tinha aluno".
	"A professora fazia de tudo pra ver se os alunos 'ia' para aula... fazia sorteio de coisa, merenda e ia visitar nas 'casa', mas não tinha quem quisesse ir não, eu ainda fui uns 'tempo', mas desisti também, vi que ninguém 'tava' indo".
	"Eu dei meu nome para ir pra essas 'aula', mas eu fui pouco tempo."

Fonte: elaboração própria

#### 4.2.2 Pescando Letras

Enquanto isso, o Programa Pescando Letras, que apesar de não estar em execução, vem gerando expectativa entre os aquicultores. O programa que é exclusivamente dedicado aos pescadores profissionais e aquicultores familiares, tem por objetivo, segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP, o seguinte:

Atender à necessidade urgente de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares, jovens e adultos, numa perspectiva de educação continuada, tomando em consideração o contexto sócio-político dessa população e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos (SEAP, 2007).

Ao que parece, de acordo com a fala dos entrevistados, esse programa será mais bem sucedido que o anterior, um tanto pelo fato de ser exclusivo para a comunidade aquícola como pelo receio de que a baixa frequência às aulas possa prejudicar o recebimento do seguro defeso. Como se observa:

Quadro 7: Pescando Letras

Categoria	Unidades
<b>Pescando Letras</b>	"Para estudar?! Já fui lá dar meu nome. Para o projeto que tá para vir para os pescadores. Esse eu vou participar".
	"Já. Já dei meu nome, mas até agora não apareceu nada. Quando vier, aí eu tenho que estudar, porque se não souber ler não sai dinheiro no próximo ano não".
	"Nós tem um projeto para vir agora, mas não chegou ainda não. Dificuldade de papelada. Nós 'tem' que fazer, é quase que obrigatório".
	"[...] tô esperando, estão ajeitando um curso aí para vir para nós".
	"Nesse (projeto) que vai vir 'pros' pescadores, eu vou."
	"Tem um projeto que tá para vir, nesse eu vou participar, vai todo mundo".
	"Eu 'tô' esperando um projeto que vai vir pros pescadores, pra eu começar a estudar".

Fonte: Elaboração própria

#### 4.2.3 Treinamentos, Capacitações e Assessorias Técnicas

No que diz respeito às capacitações técnicas, treinamentos e assessoria técnica, que segundo os próprios entrevistados, são escassamente ofertados pelo SEBRAE, os aquicultores se posicionam de forma a reivindicar por uma maior assistência nesse sentido. Como se pode notar em suas falas:

Quadro 8: Treinamento, capacitação e assessoria técnica

<b>Categoria</b>	<b>Unidades</b>
<b>Treinamento, capacitação e assessoria técnica</b>	"Cursos, capacitação, essas coisas já 'foi' dada... Mas foi no começo, depois 'num' veio mais".
	"Eu já fiz, um curso que teve no começo. [...] Se viesse mais era bom".
	"Quando a gente tem um problema, nós mesmo se ajunta e resolve qualquer coisa, junto com o presidente e o vice-presidente, nós 'num' tem ajuda de ninguém não. A gente precisa, mas nós 'num' tem esse padrinho não".
	"Eles precisam dar apoio para gente, principalmente na criação do peixe, que a gente precisa de apoio e eles não chegam junto".
	"Uma vez veio um rapaz de Quixadá dar uma treinamento 'pra' nós, ensinando com tratar o peixe, como fazer filezinho de peixe 'pra' vender...a gente recebeu diploma e tudo, mas foi só esse, no começo e pronto".
	"No início fizeram um curso do SEBRAE 'pra' nós e nunca mais teve nada não".

Fonte: Elaboração própria

A economia solidária, tida como um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo e crédito para geração de trabalho e renda, baseada no trabalho coletivo, na cooperação, na autogestão e nas diversas formas de compartilhamento, buscando o benefício social e o cuidado com o meio ambiente (GOMES *et al* (2007), tem se apresentado como uma grande aliada na luta contra o desemprego e a exclusão social.

Após terem acesso a uma das modalidades de economia solidária, os aquicultores perceberam inúmeras melhorias na qualidade de suas vidas. Atualmente, exercem formalmente uma profissão e estão amparados por todos os direitos dela decorrentes.

Outros benefícios também foram somados, como o acesso ao crédito e a educação, dentre outros serviços que apenas tiveram conhecimento ou acesso após unirem-se e organizarem-se na forma de associação.

Atualmente, a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga recebe o auxílio de políticas públicas que incentivam e proporcionam o desenvolvimento do associativismo na região. Essas ações governamentais representam grandes avanços no desenvolvimento local e no combate à pobreza, além de tudo, mantém vivo o associativismo da aquicultura no município, bem como, tornam-se um atrativo para novos ingressantes no ramo.

Entretanto, isso também é uma questão a se repensar, porque de um lado as políticas públicas estimulam o associativismo da aquicultura, mas por outro lado, expõe a fragilidade e dependência que esta modalidade de economia solidária tem em relação às políticas públicas, ou seja, muito provavelmente a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga não seria capaz de caminhar com as próprias pernas sem o auxílio de ações governamentais, como as mencionadas anteriormente.

Diante da fala dos aquicultores entrevistados, pode-se concluir que: no que diz respeito às políticas públicas de incentivo ao associativismo da aquicultura ibicuitinguense, todas elas atingem a consecução dos seus objetivos específicos, como também respondem positivamente ao intuito de incentivar e promover o associativismo. Excetuando-se o Seguro Defeso, que no ano corrente, até a data da pesquisa, ainda não havia cumprido com seu papel principal, que seria dar assistência financeira temporária ao pescador profissional que teve suas atividades paralisadas no período de defeso. No entanto, ele é citado várias vezes como o principal motivo da permanência de pescadores na associação e que, estes esperam recebê-lo ainda esse ano.

A previdência social também é vista como benefício conquistado, uma vez que antes de ingressar na associação não eram segurados, é vista também como uma forma de garantir uma aposentadoria futura sem embaraços e como fonte promotora de segurança financeira em caso de convalescença.

O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, apesar de ainda estar em fase de prospecção, também é responsável por manter viva a chama do associativismo da aquicultura, uma vez que gera grande expectativa por parte dos associados em adquirir a tão sonhada casa própria e isso os motiva a continuar na profissão.

Assim como os programas anteriores, o financiamento proporcionado através do PRONAF, também tem surtido um efeito positivo na vida dos aquicultores, já que tem os auxiliado na compra de instrumentos para a melhoria das condições de trabalho e de produção do pescado.

Desta forma podemos considerar que as políticas públicas de incentivo ao associativismo da aquicultura no município de Ibicuitinga são eficazes na consecução de seus objetivos e podem ser elencadas na seguinte ordem de importância dada pela fala dos entrevistados: 1) Políticas públicas para a seguridade social (Seguro Defeso e Previdência Social), sem estas, provavelmente a adesão ao associativismo seria vertiginosamente menor; 2) Políticas públicas de habitação (Programa Nacional de Habitação Rural – PNRH) que mantem a esperança dos associados de conseguirem a casa própria; 3) Políticas públicas de acesso ao crédito (Financiamento - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF) que têm permitido aos aquicultores alavancarem a sua produção e conseqüentemente suas rendas, por meio da implementação de instrumentos adquiridos com o recurso proveniente de tal financiamento.

Ainda sobre as políticas públicas que contemplam os associados e proporcionam o desenvolvimento do associativismo, estão as políticas públicas de educação, compostas pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, oferecido pela rede municipal de educação pública, que apesar do investimento feito, não tem obtido êxito, devido a falta de alunos, muitos dos quais inclusive fazem matrícula, frequentam no início, mas permanecem durante pouco tempo no curso e o Programa Pescando Letras, que assim como o PNRH, está em fase de implantação, apesar disso os entrevistados demonstram um interesse promissor em frequentar as aulas. No entanto, tal programa restringe-se à comunidade aquícola, deixando descoberta parcela restante da população que necessita de educação especial, assim percebe-se a relevância da existência do programa municipal de ensino para adultos para o desenvolvimento local, mesmo que seja concomitante ao Pescando Letras.

Os programas de capacitação técnica, treinamentos e assessoria técnica estão entre as reivindicações mais constantes dos aquicultores, que afirmam não receber atualmente nenhum apoio técnico, além de mencionarem que receberam instruções apenas no início da associação e que necessitam indispensavelmente de tais serviços. Esse fato constitui-

se um gargalo, pois os associados são carentes desta ação nas esferas municipal, estadual e federal.

## 5 CONCLUSÃO

Assim, pode-se concluir que enquanto as políticas de incentivos ao associativismo estão obtendo êxito, as políticas públicas de desenvolvimento do associativismo da aquicultura ibicuitinguense, nenhuma está atingindo a consecução dos seus objetivos, apesar de que, o Programa Pescando Letras, gera uma grande expectativa de sucesso, entretanto, ainda não está em execução.

Com base nos resultados encontrados, pode-se perceber que no estágio em que se encontra a Associação de Aquicultores de Ibicuitinga, a essência do associativismo, conforme proposta na eclosão da economia solidária após a Revolução Industrial, ainda não foi encontrada. O associativismo pode ser encarado como uma estratégia de mercado, viabilizando melhores condições de concorrência, além de ser uma maneira de superar as dificuldades do ramo, através do trabalho coletivo, do uso compartilhado de instrumentos de trabalho, da perseguição de um objetivo comum a todos os membros, não apenas aos interesses individuais. O associativismo não se resume a uma mera fonte de benefícios governamentais, mas trata-se de uma chave promotora de desenvolvimento socioeconômico, movida principalmente por aqueles que a constituem.

Portanto, sugere-se, que os associados insistam no debate, junto aos gestores públicos e representantes populares acerca de políticas públicas para a aquicultura, para a economia solidária, para o trabalhador rural, uma vez que, de fato muitas melhorias já aconteceram, ainda sim, muitas reivindicações precisam ser atendidas, pois é importante que o Estado estimule e contribua para o desenvolvimento da economia solidária, mas é importante também que o associativismo da aquicultura ibicuitinguense desperte para o seu papel de promotor de desenvolvimento socioeconômico local e busque pela sua auto existência.

É importante mencionar também que a limitada amostra seu deu por conta da resistência por parte dos aquicultores ao colaborar com a pesquisa, pois muitos deles tinham receio que a entrevista causasse prejuízo ao benefício do seguro defeso, por isso a quantidade de entrevistados se limitou um terço da população.

Observe-se também que a pesquisa foi realizada com aquicultores de uma única associação, isso sugere que estudos futuros podem vir a investigar a atuação das políticas públicas para a economia solidária da aquicultura em outras associações ou cooperativas, bem como, averiguar a necessidade de novas políticas públicas para essa categoria.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Inácia Girlene. *Associativismo e Cooperativismo*. UFERSA. Rio Grande no Norte, 2013.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. *Revista de Odontologia da Universidade de São Paulo*, 2006 set-dez; 18(3), 265-74.



BRASIL. Economia Solidária. Secretaria Nacional da Economia Solidária. Disponível em: <[http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria\\_nacional\\_historico.asp](http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp)>. Acesso em: 14/06/2014.

BRASIL. Programa Brasil Alfabetizado. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=17457&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817)> Acesso em: 11/06/2014 23:47.

BRASIL. INSS Orienta Pescadores sobre Proteção Previdenciária. Previdência Social. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/noticias/am-inss-orienta-pescadores-sobre-protecao-previdenciaria/>> Acesso em 11/07/2014 00:18.

BRASIL. Proposta Pedagógica para a Alfabetização de Pescadores e Pescadoras Profissionais e Aqüicultores e Aqüicultoras Familiares. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. 2005.

BRASIL. O que é o SUS? Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_sus20anos/sus.html](http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/sus.html)> Acesso em: 14/06/2014 00:57.

BRASIL. Cartilha do Programa Nacional de Habitação Rural. Disponível em: <[http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=858:programa-nacional-de-habitacao-rural-pnhr&catid=94&Itemid=126](http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=858:programa-nacional-de-habitacao-rural-pnhr&catid=94&Itemid=126)> Acesso em: 11/07/2014 00:21.

BRASIL. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>. Acesso em: 10/06/2014 : 01:30.

BRASIL. Ministério do Trabalho e emprego. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/seg\\_desemp/seguro-desemprego-pescador-artesanal.htm](http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego-pescador-artesanal.htm)> Acesso em: 10/06/2014 : 14:10.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>> Acesso em: 10/06/2014 : 01: 22.

CEARÁ. Perfil Básico Municipal – Ibicuitinga – 2012. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, 2012.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. *Economia Solidária e Políticas Públicas: Reflexões a partir do Caso do Programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP*. Universidade de São Paulo, 2002.

FAVARIN, Roque Ademir. *A construção de políticas públicas de economia solidária: estado e sociedade civil devem se completar?* Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. – São Paulo : Atlas, 2002.

GODOI, Christiane Kleinübing. SILVA, Anielson Barbosa da. BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo. *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. [2.ed.]. – São Paulo : Saraiva, 2010.

GOMES, F.P.G. KLEIN, M. J. STEFFEN, M. MARIANI, S. *Introdução a Economia Solidária*. SENAES, 2007.

SINGER, Paul. Entrevista com Paul Singer. *Estudos Avançados*. v.22 n.62 São Paulo jan./abr. 2008

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7. ed. - São Paulo : Atlas, 2010.

LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: A Perspectiva Européia. Soc. estado*. [online]. 2001, vol.16, n.1-2, pp. 57-99. ISSN 0102-6992.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre : Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

NATIVIDADE, E.A; PEREIRA, J.B; OLIVEIRA, V.A.R. Gestão Social de Políticas Públicas de Geração de Trabalho e Renda: Uma Reflexão por Meio das Ações da Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v.3, n.1, pp. 1-22, jan./mar. 2011.

OLIVEIRA, Verônica Macário de. MARTINS, Maria de Fátima. VASCONCELOS, Ana Cecília Feitosa. *Entrevistas “em Profundidade” na Pesquisa Qualitativa em Administração: Pistas Teóricas e Metodológicas*. Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. EAESP-FGV, 2012.

PAULI, Jandir. *O Poder nas Redes de Economia Solidária*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul : 2005.

SANTOS, Antônio Severino dos. *O Pescador e a Pescadora Artesanal na Previdência Social. Conselho Pastoral dos Pescadores do Nordeste – CPPN*. Olinda, 2009.

SANTOS, Mário. A Entrevista em Investigação Qualitativa. *Webfolio de Investigação Educacional*. Tomar, Portugal : 2008. Disponível em: <<http://mariosantos700904.blogspot.com.br/2008/04/entrevista-em-investigacao-qualitativa.html>>. Acesso em 08/07/2014.

SINGER, P. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VAINER, Carlos. O Presente de um Futuro Possível. In GUIMARÃES, Gonçalo (Org.) *Sindicalismo & Cooperativismo: A Economia Solidária em Debate: Transformações no Mundo do Trabalho*. Rio de Janeiro : Unitrabalho, 2000.

## APÊNDICE A

### QUESTIONÁRIO

1. Sexo:
2. Idade:
3. Há quanto tempo exerce a função de pescador/aquicultor?
4. A renda familiar advém completamente da pesca?
5. O(a) Senhor(a) já foi beneficiado pelo PRONAF?

Em caso afirmativo:

6. O(a) Senhor(a) considera que através do benefício do PRONAF, foram proporcionadas melhorias na qualidade de vida sua e/ou da comunidade? Em caso afirmativo, cite-as.
7. Qual o período do ano que o(a) Senhor(a) pesca?
8. O(a) Senhor(a) já foi beneficiado pelo Seguro Defeso?
9. Que avaliação o(a) Senhor(a) faz do Seguro Defeso?
10. O(a) Senhor(a) está segurado pela Previdência Social?
11. O(a) Senhor(a) já precisou dos serviços da Previdência Social? Foi atendido?
12. O(a) Senhor(a) é afiliado em algum Sindicato? Em caso afirmativo, por quê?
13. Já lhe foram fornecidos serviços de assistência técnica? Quais?
14. O(a) Senhor(a) já participou de alguma capacitação técnica?
15. O(a) Senhor(a) fez matrícula em cursos de educação para adultos?
16. O(a) Senhor(a) tem frequentado as aulas?
17. A prefeitura municipal tem feito alguma ação de apoio aos pescadores/aquicultores?

18. O(a) Senhor(a) se sente de alguma forma incentivado pelo Governo (municipal, estadual ou federal) a permanecer na profissão?
19. Tem algum benefício proporcionado pelo Governo (municipal, estadual ou federal) que o(a) Senhor(a) gostaria de mencionar?
20. Tem alguma ação que o(a) Senhor(a) considera que o Governo (municipal, estadual ou federal)deveria executar, para provocar melhorias na qualidade de vida dos pescadores/aquicultores?